

**RESENHA**

## A invenção da Ideologia de Gênero:

Um projeto de poder

A invenção da Ideologia de Gênero: um projeto de poder





## **A invenção da Ideologia de Gênero: um projeto de poder**

**JUNQUEIRA, Rogério. A invenção da Ideologia de Gênero: um projeto de poder.** Brasília, Editora Letras Livres, 2022.

Rogério Diniz Junqueira é pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Possui graduação em Comunicação pela UnB e doutorado em Sociologia das Instituições Jurídicas e Políticas pelas Universidades de Milão e Macerata (Itália), com pós-doutorado junto ao Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania no CEAM/UnB. É membro da Comissão Assessora de Especialistas em Educação Especial, Atendimento Especializado em Exames e Avaliações da Educação Básica do Inep (CAES/Inep). Dedicar-se a pesquisas sobre educação, direitos humanos, política e discurso, com ênfase em direito à educação, direito à diferença, gênero, sexualidade, deficiência, racismo, acessibilidade e avaliações educacionais. Possui livros, artigos e outros escritos publicados, entre os quais organizou "Diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas", da Coleção Educação para Todos, da Unesco.

Em um cenário de recrudescimento de ideias antidemocráticas no Brasil, com reflexo direto nas questões de gênero e direitos reprodutivos e sexuais no país, lançou em 2022, pela Editora Letras Livres de Brasília, o livro: A invenção da Ideologia de Gênero: um projeto de poder. A obra possui 312 páginas, nove capítulos e conclusão, onde o autor busca demonstrar através de grande número de estudos que a "Ideologia de Gênero" existe e foi criada por pensadores ligados à Igreja Católica no Vaticano, para contrapor-se às novas ideias libertárias e democráticas de uma sociedade em transformação, que foi encampada por governos e outras vertentes religiosas ligadas ao reacionarismo.

Utilizando-se de argumentos científicos, estudos, dados, imagens, pôsteres e cartazes referentes ao tema em pauta, com farta bibliografia, notas importantes de rodapé, demonstrando a sua sólida formação de Sociólogo, o autor defende a ideia de que a ideologia de gênero foi um projeto desenvolvido paulatina e inteligentemente, com claro objetivo de evitar a perda de poder da religião Católica no mundo, ao trazer de volta conceitos ligados ao patriarcado e contrários ao feminismo e às lutas pelos



direitos LGBTQIA+. Com grande domínio do assunto, em texto muito bem elaborado, Junqueira leva o/a leitor/a à compreensão dos fatos históricos que motivaram o nascimento da “ideologia de gênero”, sua evolução e seu uso no contexto social presente e a possibilidade de que seu manutenção, como discurso retrógrado, se perpetue.

Narrada na primeira pessoa do singular, a obra é dividida em capítulos facilitando a leitura e o entendimento, embora exija do/a leitor/a um mínimo de conhecimento prévio sobre os movimentos feministas e LGBT. Ao contrário dos signatários e propagadores da ideologia de gênero, nesta obra Junqueira fundamenta suas ideias em um poderoso e incontável corpo de referências bibliográficas, com as quais dialoga no texto. Indo além, acrescenta ainda uma galáxia de entidades, instituições, personagens e estruturas de poder que compõem o universo utilizado nos textos e que influenciaram de alguma maneira a difusão da ideologia de gênero, trazendo também, os créditos das imagens utilizadas no livro, referentes às campanhas publicitárias veiculadas nos diversos países do mundo onde essas ideias conservadoras são propagadas *ad nauseam*, como comenta o autor.

Nada melhor para comentar sobre como está estruturado e organizado o texto do que a fala do Professor Associado Marco Aurélio Prado, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, que prefacia o livro de Rogério Junqueira:

O estudo apresentado é uma das melhores respostas organizadas a essas inúmeras falácias que ocupam a disputa em torno do tema. O material reunido, organizado e analisado pelo autor busca responder à ingenuidade da resistência à ofensiva, à incompreensão histórica da dinâmica desse conjunto de atores e movimentos, que está alastrado por todas as instituições sociais, pelo cotidiano escolar, pelo dia a dia de pais e mães, pelas esferas da política, do mercado, das religiões e das políticas públicas. (PRADO, 2022, p.10)

Durante a exuberante demonstração do amplo conhecimento do autor, o/a leitor/a poderá percorrer todos esses caminhos por onde transitam os ditames dessa “teoria/ideologia de gênero<sup>1</sup>” entendendo até onde vai a sua capilaridade e, com ela, a sua capacidade de influência em tomadas de decisão pelos a professam e divulgam como verdade.

Em um árduo trabalho de pesquisa com grande aprofundamento teórico, Rogério Junqueira junta campos dispersos e eventualmente pouco visíveis, de uma disputa que não envolve só a sexualidade e a

<sup>1</sup> Os termos "teoria" e "ideologia" de gênero têm sido usados como equivalentes em contextos europeu e brasileiro.



moralidade, mas também a luta por hegemonia política em um projeto de reacionário.

Já na introdução, intitulada “Uma ofensiva antigênero”, Junqueira chama a nossa atenção, como leitores/as, para o avanço do “ativismo ultraconservador, associado à emergência e revigoração de um discurso reacionário que adquire características de cruzadas morais” (p.7), de alcance transnacional e de matriz católica fundamentalista, orientada no sentido de conter ou mesmo anular os avanços obtidos pela sociedade em relação a gênero, sexo, sexualidade, com estratégias voltadas a produzir pânico moral, em uma batalha em defesa da família tradicional.

O Livro segue, dividido em capítulos, sendo que o primeiro trata da “Renaturalização da Ordem Moral”. Nele, evidenciando a influência do pensamento doutrinário de Karol Józef Wojtyła, então Papa João Paulo II, o autor aborda o construcionismo social afirmando que o mesmo, ao invés de defender a possibilidade de produção individual dos corpos, sujeitos e identidades, enfatiza a dimensão social dos mesmos, tentando impor ordenamentos naturais como legítimos, necessários e imutáveis, num apelo à rebiologização da vida, em uma visão naturalizante antigênero da sexualidade, da família e do casamento, baseada na complementaridade homem-mulher. Cita como exemplo termos como Família, sempre usada no singular, única e monogâmica, biologicamente constituída. Matrimônio, como indissolúvel, orientado para fecundidade e, portanto, intrinsecamente heterossexual. Maternidade, inerente à mulher, cuidadora e submissa esposa afetuosa. Filiação derivada da conjugalidade homem-mulher, com educação atrelada ao direito inalienável da educação pelos pais. Parentesco e parentalidade, ligados à consanguinidade, não sendo realizados por meio de uniões provisórias, extravagantes, inaturais ou derivadas de tecnologias de Reprodução assistida ou barriga de aluguel. Ainda, a sexualidade como ligada à complementaridade homem-mulher e a heterossexualidade como única via natural do desejo sexual.

Com o advento em 2011 do I Congresso Internacional de Ideologia de Gênero, na Universidade de Navarra, fundada pela Opus Dei em 1952, o pensamento da Igreja católica naquele momento poderia se sintetizado como sendo o *gender*, uma ideologia utópica, negando a divisão da humanidade entre homens e mulheres, sendo ela um dos muitos extravios que a utopia da igualdade haveria criado. Com uma série de imagens de cartazes utilizados pelas campanhas antigênero, ilustra os seus reflexos



pelo mundo e sua atuação também na América Latina, em defesa da família, principalmente por setores conservadores, construída não só no plano moral, mas também sócio econômico. Neste aspecto, segundo Junqueira, o projeto levado em curso, objetiva a redução do financiamento estatal da Educação com transferências para o ensino privado; reformas curriculares descredibilizando e precarizando as carreiras docentes, desestimulando a gestão democrática com militarização das escolas e processos amplos de privatização, confluindo numa mesma direção o ultra conservadorismo com o ultra liberalismo.

O segundo capítulo aborda as estratégias discursivas utilizadas por grupos antigênero, que não corresponde ao que academicamente se consagrou a partir dos anos de 1980. Junqueira chama a atenção para o fato de que estudos, pesquisas e reflexões, debates inesgotáveis de origens teóricas e políticas, foram reduzidos a uma “teoria”, no singular, criando a imagem de um inimigo comum e personificado, a ser demonizado. Passou a não haver debate e sim a afirmação de posições próprias, de que a “teoria de gênero” seria um erro da mente humana, refutada por especialistas e desmentida pela biologia. O autor afirma ainda que os “especialistas antigênero” padecem de certo isolamento no meio acadêmico e circulam fora dele, inserindo-se mormente nos veículos religiosos, sendo desconhecidos do público universitário. Assim, tentando corroer a autonomia da Universidade, se reposicionam e buscam adquirir visibilidade dentro e fora deste campo. Assim sendo, “teoria”, nessa polêmica, soa como algo duvidoso, suspeito e substituível por “ideologia”, visto que nos sítios vaticanos não se poderia distinguir um do outro, conferindo-lhes pouca relevância e lastro com a realidade, podendo ser depreciadas e deslegitimadas, agindo com poderosas categorias de mobilização política, criando-se grande variedade de termos na Cúria Romana, exemplificados na página 63 da obra em grande número, como por exemplo “colonização ideológica do *gender*” e “loucura de gênero”, entre muitas outras.

Tentando dar certa laicidade ao tema, desvinculando-o da Igreja Católica, evidencia-se o propósito recorrente de criar “pânico moral”. Porém o autor destaca que pânico morais tendem a ser recorrentemente normativos e surtem efeito quando a preocupação que suscitam é maior e desproporcional ao perigo real e geram reações coletivas também desproporcionais.

Um novo capítulo se insere no livro e se conecta com os anteriores, ao abordar a “Fabricação dos sintagmas”, onde o autor afirma que a



“teoria/ideologia de gênero” é uma invenção católica. Sua configuração e emergência ter-se-iam dado nos anos 1990 e início dos anos 2000, por articulações envolvendo o episcopado e movimentos pró vida e pró família, em reação às Conferências do Cairo sobre População (1994) e de Pequim (1995) sobre as Mulheres, pondo em marcha uma verdadeira contraofensiva com objetivo de reafirmar a doutrina católica e reiterar a naturalização da ordem moral e social, intensificando o lobby antifeminista junto às Nações Unidas. Neste contexto, Junqueira afirma que nos Estados Unidos, a direita religiosa radical buscava estabelecer equivalência entre direitos sexuais, pedofilia e “outras perversões”, classificando o que chamavam de “feministas do gênero”, de “grupo de ideólogas fanáticas e extremistas, a serviço de uma nova e perigosa agenda, situando as mulheres contra os homens em todas as esferas da vida”. Segundo o autor, o representante Latino Americano do pensamento conservador foi o Cardeal Colombiano Alfonso López Trujillo, Presidente do Pontifício Conselho para a Família, ligado à Opus Dei e conhecido por seu distanciamento das causas sociais. Ultraconservador, opunha-se frontalmente aos direitos sexuais e reprodutivos, opondo-se frontalmente ao aborto, à contracepção, ao uso de preservativos, ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e ameaçava de excomunhão quem utilizasse a Fertilização *in vitro*. Karol Wojtyła, por sua vez, como Papa João Paulo II exortava apostolicamente que “a educação das crianças era dever/obrigação dos pais e que a escola só poderia atuar de forma subsidiária e subordinada a eles”.

Continuando seu resgate histórico, o autor lembra que Joseph Ratzinger, que até 2005 ocupou o cargo de prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, tendo como uma de suas principais marcas o antifeminismo, em colaboração com Wojtyła operou uma importante mudança no discurso do vaticano sobre a ordem sexual: a Teologia do Corpo. Preconizava esta, a Doutrina da Complementaridade e postulava que entre as disposições da mulher, estava em primeiro lugar o amor materno; essas seriam naturais e próprias, derivadas da anatomia de seu corpo. Wojtyła fez da heterossexualidade e da família heterossexual o centro de sua filosofia. E desta convergência de propósitos, nasceu o *Lexicon* publicação que seria um marco das lutas eclesiais contra aquilo que chamavam de “ideologia da cultura da morte”, subjacente à “teoria/ideologia de gênero”. Esta publicação dá nome ao quarto capítulo.

O capítulo seguinte é especificamente dedicado Joseph Ratzinger, doutrinador alemão e responsável por vasta produção bibliográfica. O



autor afirma que sua influência, desde o cardinalato até o papado, não pode ser negada e sua cruzada contra o feminismo, à liberdade sexual, à homossexualidade e à transexualidade só são comparáveis à sua defesa intransigente da doutrina católica tradicionalista. Alertava desde o início que o conceito de *gender* iria inspirar ideologias promotoras do questionamento da família e compararia a homossexualidade com a heterossexualidade. Dizia textualmente, a diferença corpórea chamada sexo, é minimizada, ao passo que a dimensão cultural, chamada gênero, é sublinhada ao máximo e considerada primária. Considerava os atos homossexuais “intrinsecamente maus” e a condição homossexual “objetivamente desordenada”. É importante pontuar, como bem ressalta Junqueira, que a Teologia do Corpo, nos anos 1980, criou as condições e as premissas para dez anos depois, compor o cerne do discurso vaticano sobre a “ideologia de gênero”, autorizado de forma pontifícia por Ratzinger em seu papado, como Papa Bento XVI, para sua divulgação midiática e transnacional.

A Ofensiva Antigênero na América Latina, tema do Capítulo 6, aborda a visita apostólica de Ratzinger, então Papa Bento XVI, que resultou num documento conclusivo da Conferência do Episcopado Latino Americano e do Caribe, na Cidade de Aparecida-SP (2007) ficando conhecido como “Documento de Aparecida”. Nele, em um pronunciamento contundente, o Papa fez advertência ao Clero sobre os ataques contra a família e ao matrimônio, em questões como o aborto, o divórcio, as uniões civis, o celibato clerical em oposição à Teoria da Libertação e o envolvimento dos padres na política, que à época se tornava frequente. Ainda, abordou o tema difícil da pedofilia na Igreja, evitando todas as formas do que chamou de “desvios no campo da sexualidade”. Junqueira nos lembra que outra preocupação do Pontífice na América Latina foi o avanço das seitas religiosas, o agnosticismo e o laicismo, exortando a Igreja a um trabalho metódico de evangelização “junto às populações das periferias e do campo”, justamente, a nosso ver, as mais pobres em tudo, principalmente capital financeiro e cultural. O autor comenta que, em síntese, essa visita se revelou uma viagem apostólica, reafirmando a posição tradicionalista da Igreja Romana, determinada a desempenhar um papel relevante na definição dos rumos da política e da sociedade. Consequência disso foi que, a partir desse ano de 2007, segundo o autor, houve “um aumento gradual e sustentado do discurso antigênero, em todo o continente sul americano, ganhando este terreno e vigor no âmbito dessas sociedades” (p.154)



Na sequência o autor nos brinda no capítulo 7, com longo e imperdível capítulo intitulado “Terra Brasilis”, que nos leva a entender porque o Brasil, terra de uma Igreja interventora na política e na produção intelectual, de início não exerceu um papel de destaque na luta antigênero. Gradativamente, com fatos históricos delineados em rica sequência e de fácil entendimento, nos leva a compreender como essa discreta participação se tornou uma política de Governo, que rapidamente passou a fazer parte, discretamente no início, de uma política de Estado. Identificando os primeiros passos da política antigênero no final dos anos 1990, salienta o crescer deste movimento quando da criação, em 2004, do programa federal “Brasil sem Homofobia” e, em 2006, do projeto de lei sobre a criminalização da Homofobia e da vedação deontológica do Conselho Federal de Psicologia da chamada “cura gay”. Demonstra como a união estável entre pessoas do mesmo sexo, aprovada em 2011 e depois em 2013, fez eclodir de modo ostensivo o tema da Ideologia de Gênero, unindo bancadas políticas e com ataques à educação nas escolas e seu corpo docente. A luta acelera durante o governo Dilma e tem em Temer um grande apoiador. Mas, com a eleição de Bolsonaro e a ascensão do bolsonarismo, vemos um incremento das discussões dessa temática como nunca antes, tornando-se o governo federal o grande ator da política antigênero no país.

Aqueles a que o autor denomina como cruzadas antigênero, teriam sabido liderar reações no percurso dos governos Lula e Dilma, tramadas inclusive por dentro desses governos, desde fases iniciais. No capítulo 8, Junqueira leva em consideração outro fato, de que gestores em cargos relevantes se mostravam permeáveis às pressões de lideranças religiosas e políticas ultraconservadoras, inclusive da Santa Sé, que lhes permitisse acordos jurídicos que consolidassem antigos privilégios e acrescentassem outros, como ocorreu quando o Ministério da Educação convocou reunião para que se discutisse o “ensino religioso nas escolas como área do conhecimento”. Obviamente a reunião foi suspensa, mas depois, em uma concordata Brasil – Vaticano, a Igreja Romana foi alçada a um patamar superior às demais religiões, ferindo assim princípios basilares de um Estado laico. Este cenário, enfatiza o autor, levou a um enfraquecimento progressivo das políticas governamentais de promoção da diversidade.

Acompanhando esses fatos, na América Latina, a Igreja via cada vez mais uma participação menor de fiéis aos serviços católicos e às missas, além do avanço do evangelismo neopentecostal nesses países latinos. Evoluía assim, dentro e fora dos muros vaticanos, um reconhecimento das





necessidades de reforma, inclusive pelo mal-estar causado pela fraca resposta vaticana aos casos de pedofilia com envolvimento de clérigos. Rupturas, disputas, traições, acusações, lutas de poder começavam a vir à tona, junto a denúncias de corrupção e transações financeiras insólitas. Este cenário leva finalmente à abdicação de Ratzinger e à eleição de Bergolio, em março de 2013. Citando Andrew Brown, o autor resume no Capítulo 9 a difícil posição de Bergolio, que embora sugerisse estar transitando entre diferentes vertentes políticas vaticanas, teve que manter todo o conservadorismo eclesiástico, com a frase: “Os pés podem dançar sob a batina, mas o manto nunca deve se mover”. Essas tímidas aberturas do Papa Francisco causaram apreensão aos setores ultraconservadores depois de décadas de ortodoxia, pois as reformas poderiam incidir sobre as correlações de força, capacidade de gestão de recursos e interferir no êxito de alianças políticas, intra e extramuros católicos.

Finalizando o livro, na Conclusão, intitulada: “Para encerrar em vez de concluir: afinal existe ideologia de gênero?”, Rogério Diniz Junqueira, nos coloca a missão de tentar responder a esta questão, para nós mesmos. Fica consolidado, no decorrer da bela obra por ele escrita e compilada com dados científicos e referências sólidas, todo o decorrer do percurso das lutas empreendidas para a modernização de uma sociedade e as forças que agem no sentido contrário. Interesses políticos, de domínio do poder, de manutenção de forças seculares, problemas éticos e morais, de cunho financeiro, escândalos ligados à pedofilia, intrigas, divergências de opiniões e lutas por hegemonia fizeram com que fosse engendrado um projeto antigênero de resgate do conservadorismo, para operar com eficácia em vários contextos, persuadindo e arregimentando contingentes de seguidores, em lutas cadenciadas por inseguranças, pânico moral, temores, alarmes, intransigência e ódio, estigmatizações e negações de direitos. Mas, conclui o autor, “apesar do vigor que ostentam, não são invencíveis”. (p.230)

Embora densa, provocando reflexões a todo momento, a “Invenção da ideologia de gênero – um projeto de poder”, é uma leitura agradável. As ilustrações trazem significado e brilho ao texto e as notas explicativas nos rodapés de página são esclarecedoras e enriquecem o conhecimento tanto de pessoas leigas, como daquelas que já transitam pela temática. O tema é difícil e o autor brilhantemente o dissecou na totalidade de suas vertentes, principalmente aquelas ligadas ao Vaticano e seus representantes, eclesiásticos ou não.



É uma leitura de fundamental importância para quem quiser conhecer e aprofundar conhecimento ou atualizar-se na temática da “Teoria/Ideologia de gênero” pois instrumentaliza o/a leitor/a para discutir, argumentar, conduzir debates com base na profunda complexidade do tema.

## Referências

JUNQUEIRA, Rogério. *A invenção da Ideologia de Gênero: um projeto de poder*. Brasília, Editora Letras Livres, 2022.

PRADO, Marco Aurélio M. Prefácio. IN: *A invenção da Ideologia de Gênero: um projeto de poder*. Brasília, Editora Letras Livres, 2022.

A invenção da Ideologia de Gênero:  
Um projeto de poder



**Ricardo Nascimento**

*Universidade Federal de Santa Catarina*

*E-mail: ricardonccs@gmail.com*

*Recebido em: 23/05/2023*

*Aprovado em: 30/05/2024*